

O Socialista



JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

[EDITORIAL]



ENFRENTAR O IMPERIALISMO E SUA POLÍTICA DE GUERRA.

A LUTA ANTI-IMPERIALISTA SÓ PODE SER UMA LUTA OPERÁRIA ~ 2 ~

ATAQUE AO IRÃ:

DERROTAR O IMPERIALISMO COM ORGANIZAÇÃO CLASSISTA, INDEPENDENTE E INTERNACIONALISTA

~ 4 ~



[VENEZUELA]

A ABDUÇÃO DE MADURO: O IMPERIALISMO IMPÕE A BARBÁRIE NA AMÉRICA LATINA ~ 6 ~

[BRASIL]



A SOMBRA DO IMPERIALISMO E ENDIVIDAMENTO RECORDE EXPÕE AS CONTRADIÇÕES DA FRENTE AMPLA BURGUESA , LUTA DOS TAPAJÓS DEMONSTRA O CAMINHO A SER SEGUIDO ~ 8

**- CAMPANHA FINANCEIRA -
CONTRIBUA COM A LOI**

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com

O USO DOS SINDICATOS COMO PALANQUE ELEITORAL E O ABANDONO DAS LUTAS

~ 12 ~

[EDITORIAL]**ENFRENTAR O IMPERIALISMO E SUA POLÍTICA DE GUERRA
A LUTA ANTI-IMPERIALISTA SÓ PODE SER UMA LUTA OPERÁRIA**

O primeiro trimestre de 2026 demarca uma escalada da política imperialista de Donald Trump que, desde o início de seu novo mandato, já apontava para uma tendência cada vez mais agressiva na arena mundial. A guerra tarifária e suas recorrentes descontinuidades e rearranjos aumentaram a instabilidade do mercado internacional e, até o momento, não resultaram no aumento da produtividade nos EUA, como prometido. Ao contrário, economistas projetam o aumento do desemprego e a permanência da estagflação para este ano.

O principal efeito da guerra tarifária foi a busca pela diversificação das carteiras comerciais dos países, já que os EUA se tornaram um ator altamente instável no mercado mundial. A União Europeia, por exemplo, tem fechado acordos de livre comércio com a Indonésia, Mercosul e Austrália, enquanto outros países têm buscado a China para estabelecer acordos e parcerias comerciais.

Não por coincidência, a China alcançou um recorde na balança comercial em 2025, aumentando em 20% o superávit em relação à 2024 e atingindo a marca de US\$1,2 trilhões, apesar das sanções norte-americanas.

Internamente, a guerra tarifária ampliou as disputas internas no governo norte-americano pelo impacto na economia com o aumento da inflação ao consumidor, especialmente dos alimentos. O índice de inflação em 2025 ficou em 2,7% (acima da meta de 2% do FED) e não demonstra sinais de queda em 2026, ficando em 2,4% no início de março. Contudo, a projeção é de que esse índice poderia ser dobrado se incluísse as taxas de hipoteca e de financiamento nos custos ao consumidor. O próprio congresso dos EUA aponta que 95% dos custos causados pela política tarifária de Trump estão sendo absorvidos pelas empresas e famílias e estimam que, em 2026, o impacto nas famílias será de US\$2.500

adicionais no custo de vida. Por este motivo, o FED manteve a taxa básica de juros, o que pode contribuir ainda mais para o baixo crescimento econômico.

Já no início deste ano, o imperialismo estadunidense avançou concretamente em sua Estratégia de Segurança Nacional, conhecida como o "corolário Trump da Doutrina Monroe", abduzindo Maduro da Venezuela através de uma intervenção militar cirúrgica, submetendo completamente o regime chavista e se apropriando de toda a produção petrolífera e mineral do país. Mais do que tomar o petróleo para si, ou forçar uma mudança de regime na Venezuela (como esperava a oposição ao regime chavista venezuelana, aliada ao imperialismo) o controle do petróleo foi uma forma de tentar atingir a China e estrangular Cuba para buscar uma mudança no regime. Ao reivindicar uma estratégia de segurança voltada para a América, o governo Trump busca intervir di-

retamente nos países da região para afastar e diminuir a influência da China e fortalecer governos amistosos à sua política. A faceta mais recente dessa política foi o Escudo das Américas, uma espécie de comitê entre governantes latinos capachos, liderado pelo próprio Trump e cujo objetivo é estreitar a colaboração militar e expandir bases estadunidenses na região, como forma de enfrentar o "narcoterrorismo". Com essa justificativa, os EUA ameaçam intervir militarmente na Colômbia, no México e no Brasil.

Ainda como parte dessa investida, Trump também ameaçou tomar a Groenlândia no início do ano, tensionando ainda mais as relações entre os EUA e os países europeus da OTAN. Ao usar a tática de subir a aposta para buscar uma negociação e, com a ameaça dos países europeus de jogarem os títulos da dívida norte-americana no mercado, o governo estadunidense recuou, mas ainda assim conseguiu aumentar suas bases no território, caracterizado como "essencial" para sua estratégia de segurança nacional, além de reconhecido pela enorme reserva de terras raras e pela potencial capacidade de navegação de novas rotas.

O ataque ao Irã, em 28 de fevereiro, consolidou a tendência mais bélica do imperialismo de buscar uma nova reconfiguração, não apenas regional, mas em todo o sistema de estados, buscando recuperar sua hegemonia diante do avanço da influência da China. Porém, tal investida não ocorre sem acelerar as contradições próprias do processo histórico de sua decomposição. Assim, no momento da escrita desse jornal, na quarta semana da guerra de Israel e EUA contra o Irã, os ataques avançaram para bases energéticas e elevaram a tensão econômica mundial com a perspectiva, não só da escalada dos preços, mas da própria escassez de combustíveis. Diante desse cenário, e com um custo diário de mais de US\$1 bilhão neste conflito (além de US\$200 bilhões adicionais que o Pentágono solicita para prosseguimento dos ata-

ques ao Irã) economistas e analistas financeiros elevaram as projeções de uma recessão econômica nos EUA em pleno ano eleitoral. A guerra e seus efeitos econômicos já estão ampliando a crise do governo, incluindo a cisão entre os sionistas (que defenderam os ataques ao Irã) e os antissemitas (que denunciam que os EUA estão submetidos aos interesses de Israel) que formam a base MAGA. Além disso, aumenta o isolamento estadunidense em relação aos seus históricos aliados, obrigando Trump a buscar uma negociação de cessar fogo, seja para encerrar a guerra mesmo com seus objetivos frustrados na região, o que deixaria o enclave sionista de Israel sozinho na empreitada de consolidar seus avanços, incluindo a ocupação no sul do Líbano, seja para ganhar tempo enquanto já mobiliza tropas para região, o que complicaria ainda mais sua governabilidade interna. De qualquer forma, Trump já explicitou que, quaisquer que sejam os desdobramentos nos próximos dias no Oriente Médio, já está preparando sua próxima inserção na América Latina, sendo Cuba seu próximo alvo.

É preciso sublinhar que o acirramento da política bélica do imperialismo como forma de buscar criar uma nova configuração mundial diante da ruptura do equilíbrio instável do pós-guerra e da decomposição de suas formas de dominação é sintoma de sua decadência e não de sua força. A política levada a cabo por Trump tende a acelerar processos de luta de classes, pois como demonstrou Trotsky, qualquer tentativa de recuperação do equilíbrio instável não ocorre no vácuo social e político, mas sobre o equilíbrio de classes. Frente à guerra imperialista e a consequente barbárie imposta a enormes contingentes, às reconversões industriais para aumentar a produção de armas, à nova política "colonial" para a América Latina, aos cenários econômicos recessivos e ao consequente aumento da exploração da mão de obra, trabalhadores do mundo inteiro têm demonstrado que é

preciso enfrentar o imperialismo com uma política de independência de classe. Trump precisou recuar diante da organização da autodefesa em Minneapolis, bem como trabalhadores portuários da Europa demonstraram como atingir a máquina genocida no Oriente Médio.

A luta anti-imperialista só pode ser uma luta operária! Isto implica desenvolvê-la com os métodos próprios da nossa classe para atingir seu cerne, que é a produção. O atual período histórico não permite titubeios ou defesa de políticas como a defesa da frente única anti-imperialista, que não correspondam à situação atual da classe trabalhadora que, diante da crise histórica da direção revolucionária, não está organizada em partidos operários ou social-democratas com base operária. A luta anti-imperialista deve ser organizada a partir dos sindicatos, combinada às tarefas transicionais, como o controle operário de setores estratégicos. Neste sentido, é preciso avançar nas tarefas internacionalistas para além das mobilizações em solidariedade. É preciso organizar greves internacionais dos principais setores que movem a política imperialista pelo mundo, como os trabalhadores petroleiros, portuários e industriais. É fundamental, para isso, recuperarmos os sindicatos para os trabalhadores, varrendo as burocracias sindicais que, nada mais são, que agentes da política imperialista nas nossas organizações.

Não são poucas nem fáceis as tarefas que se colocam aos revolucionários neste momento histórico. Neste sentido, e para dar um passo concreto na superação da crise histórica de direção revolucionária, chamamos as correntes que ainda reivindicam a ditadura revolucionária do proletariado para uma Conferência Internacional, com o intuito de discutir as urgentes tarefas que se colocam e que só poderão ser levadas a cabo por uma direção revolucionária internacional que, para nós, só pode ser a IV Internacional reconstruída

[ORIENTE MÉDIO]

**ATAQUE AO IRÃ: DERROTAR O IMPERIALISMO COM ORGANIZAÇÃO CLASSISTA, INDEPENDENTE E INTERNACIONALISTA**

No último dia 28 de fevereiro, EUA e Israel lançaram um ataque conjunto e direto ao Irã. Os ataques, realizados por via marítima e aérea, vitimaram centenas de pessoas já no primeiro dia. Entre os alvos, uma escola para meninas foi atingida, resultando na morte de mais de 150 estudantes. A ofensiva também resultou na morte do aiatolá Ali Khamenei, de 86 anos, líder supremo do país.

A ofensiva imperialista contra os persas não foi uma surpresa, dado o aumento exponencial das tensões entre esses países na última década, em especial nos governos de Donald Trump. Bombardeios diretos ao território iraniano aconteceram em 2024 e em 2025, com a guerra dos 12 dias, na qual o enclave sionista bombardeou intensamente instalações militares no Irã. Houve retaliações imediatas dos iranianos, com ataques a Tel Aviv, Haifa e Jerusalém, um prelúdio para o conflito recém-iniciado. Na época, um cessar-fogo foi mediado pelos EUA.

Os agressores imperialistas apostaram na mesma estratégia utilizada na Venezuela: um ataque rápido de 'decapitação', visando a morte do líder supremo,

o que ocorreu na expectativa de que o núcleo duro do governo iraniano se enfraquecesse, abrindo espaço para uma troca de regime no país, contando também com um levante popular.

Porém, como já era previsto por diversos especialistas e estudiosos do assunto, inclusive ligados diretamente ao imperialismo, a reação foi totalmente adversa àquela esperada pelos sionistas e pelos ianques. O líder religioso assassinado foi transformado em mártir, e as capacidades de defesa e de retaliação iranianas foram claramente subestimadas pela dupla agressora. Agora, as bases estadunidenses em sete países foram atacadas, enquanto o território do enclave sionista já vê seu Domo de Ferro sendo sobrepujado, especialmente na capital, Tel Aviv.

O estreito de Ormuz, por onde passa 20% do petróleo mundial, foi bloqueado para a passagem de qualquer navio que não seja de países 'amigos' dos persas, ou seja, navios chineses e russos, primordialmente, além de indianos, que já se apressaram em negociar com os iranianos (atualização). O bloqueio está causando um aumento exponencial do preço do barril de petróleo

e problemas de abastecimento da matéria-prima, afetando a circulação de capital e elevando a inflação por todo o globo.

Não por acaso, Trump começa a acenar para seus aliados da OTAN na Europa, tentando influenciá-los a se envolver diretamente no conflito. O apelo, porém, tem tido pouco sucesso: ele conseguiu apenas a autorização de alguns países para utilizar bases aéreas em suas investidas. Diante da falta de solução, o presidente norte-americano recorreu até à China para resolver a situação no estreito, não obtendo sucesso.

Em paralelo, sob o pretexto de destruir o Hezbollah, financiado e armado pelo regime iraniano, Israel invade o sul do Líbano, chegando até o sul da capital, Beirute. A ofensiva avança no plano colonial sionista/estadunidense de criação da 'Grande Israel'.

Para além da 'refundação' de Israel bíblica, reivindicada por evangélicos do mundo todo, principalmente nos EUA e no Brasil, esse projeto atende à necessidade imediata do imperialismo de projetar sua força no Levante, fazendo frente ao avanço da influência chinesa na região.

Portanto, é importante caracterizar que essa guerra é uma iniciativa imperialista, não uma empreitada sionista que tenha arrastado os Estados Unidos, nem uma guerra de defesa contra um regime hostil. Israel é um enclave a serviço do imperialismo, e não o contrário.

O desenrolar dos fatos atuais na região confirma essa relação. Ele foi precedido pelos Acordos de Abraão, que colocaram os Estados árabes produtores de petróleo em processo de normalização de relações com Israel, e também pela saída dos EUA, em 2018, do acordo de não proliferação nuclear firmado com os iranianos em 2015. Esses movimentos permitiram a reimposição de sanções ao regime dos aiatolás e abriram caminho para que os persas retomassem seu programa de enriquecimento de urânio.

A TAREFA QUE SE IMPÕE AOS REVOLUCIONÁRIOS

A guerra na Ásia Ocidental é mais um sinal da decadência do imperialismo, assim como a intervenção militar na Venezuela e a interferência direta em diversos governos da América Latina. O imperialismo tenta, com essas ações, recriar um novo equilíbrio mundial diante da ruptura do equilíbrio instável do pós-guerra e fazer frente ao avanço político e econômico da China na Ásia e no resto do mundo.

Não cabe a nós, revolucionários, defender o regime teocrático e reacionário dos aiatolás, regime que controla com mão de ferro a produção petrolífera e cada movimento de sua população. Esse regime é contra revolucionário em sua essência. Instalado ali

pelo próprio imperialismo estadunidense e europeu, foi curiosamente apoiado pelo stalinismo em sua fundação, em sua política de defender governos supostamente progressistas, em detrimento dos revolucionários trotskistas e anarquistas, forças muito mais relevantes que os stalinistas durante o início do processo revolucionário iraniano. Atualmente, é novamente defendido com unhas e dentes por esses mesmos grupos políticos.

Hoje, alguns grupos trotskistas perseguidos e massacrados no Irã pelo regime teocrático e pela traição das diretrizes vindas do governo soviético incorrem nas mesmas ideias equivocadas que difundem diante da questão palestina em nome de uma luta anti-imperialista, defender o regime dos aiatolás perante os “agressores ocidentais”. Levantam as consignas da autodeterminação dos povos e do direito à soberania acima da luta de classes, em um movimento superestrutural, de manutenção, legitimação e fortalecimento de Estados burgueses que fatalmente tenderão a ser mais reacionários diante do avanço da luta de classes.

A tarefa revolucionária deve ser classista e internacionalista, com ações que possibilitem que o operariado iraniano, assim como árabes, curdos, azeris, armênios e turcos, possa tomar em suas mãos seu próprio destino e transformar as guerras genocidas imperialistas em guerras civis revolucionárias.

Essa perspectiva, que recusa qualquer defesa do regime iraniano e afirma a necessidade de organizar o proletariado da região e do mundo, encontra eco na declaração da TRQI sobre a agres-

são imperialista:

“Em meio à ruptura do equilíbrio instável, estamos assistindo a uma decadência da fase imperialista, com a decomposição de suas instituições e suas formas de dominação. É uma tarefa central do proletariado mundial, nos organizarmos para derrotar o imperialismo com os métodos e o programa de nossa classe. Os proletariados estadunidense e europeu, em particular, estão chamados a cumprir a tarefa primordial contra as suas burguesias. Incipientes ações de massa, como as greves gerais na Itália e as greves e bloqueios portuários do Mediterrâneo contra a agressão sionista e sua maquinaria de guerra contra o povo palestino, marcam o caminho. Devemos frear os massacres a que está submetendo os povos em todo o planeta, buscar reverter os processos de assimilação nos ex-Estados operários e avançar no desenvolvimento de processos revolucionários em todos os países. Nós, revolucionários, afirmamos que o motor da história é a luta de classes e as leis da história continuam sendo mais fortes que as leis dos aparatos contrarrevolucionários.

Abaixo a agressão imperialista ao Irã!

Fora ianques do Oriente Médio e América Latina!

Destruição do enclave de Israel!

Por uma federação de repúblicas socialistas do Oriente Médio e Magreb!”

- CAMPANHA FINANCEIRA -

CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com



A ABDUÇÃO DE MADURO:

O IMPERIALISMO IMPÕE A BARBÁRIE NA AMÉRICA LATINA

A decadência do imperialismo, cada vez mais evidente diante do avanço econômico e geopolítico da China, teve mais um episódio marcante no início de 2026: a abdução do mandatário venezuelano Nicolás Maduro no dia 03 de janeiro pelas forças armadas estadunidenses, a mando de seu presidente Donald Trump. Em um ataque rápido que resultou em pouco mais de 80 mortos entre as forças de segurança do presidente venezuelano, Maduro e sua esposa foram sequestrados e levados aos EUA para “julgamento”.

O ataque pode ser enquadrado dentro do chamado “corolário Trump” da famosa Doutrina Monroe, impondo a todas as semicolônias americanas, da Terra do Fogo à Groenlândia, a tutela e a influência política e econômica do imperialismo ianque, uma reedição do “América para os americanos” do século XIX, não à toa, se acirram as ameaças contra a Colômbia, Cuba, Brasil e México.

Declaradamente anti-imperialismo estadunidense desde a sua gênese, o chavismo se encontrava desgastado no país, com o aumento paulatino da for-

ça e influência das oposições mais alinhadas aos EUA e consequentemente com o recrudescimento do regime por parte de Maduro, com denúncias de prisões sumárias e mesmo de tortura e desaparecimento de dissidentes. De toda a forma, o chavismo ainda possuía, e possui, importante base social entre a população, assim como um contingente grande de milicianos armados sob sua influência, o que reduziu consideravelmente as chances do rapto de Maduro se tornar um estopim para uma mudança de regime através de um levante popular. Como resultado, tivemos a substituição de Maduro por sua vice-presidente, Delcy Rodríguez. Na prática, o chavismo se manteve no poder, mesmo que em uma forma mais branda e totalmente submetido pelo imperialismo.

O assédio ao país andino-caribenho por parte do governo dos EUA aumentou progressivamente desde o retorno de Trump ao poder. Como pretexto para o escalonamento das tensões, os norte-americanos utilizaram a retórica da guerra contra o narcotráfico, agora alçado ao título de narcoterrorismo, com Maduro

sendo inclusive acusado como líder principal do *Tren de Aragua*, organização criminosa sediada na Venezuela, mas que atua em vários países da América do Sul. Os EUA deslocaram seu maior porta-aviões para o mar do Caribe e dispararam diversas vezes, de forma indiscriminada e aleatória contra diversas embarcações no litoral venezuelano, assassinando pescadores que nada tinham a ver com o narcotráfico. Com a abdução de Nicolás Maduro consumada, o discurso antidrogas desapareceu, assim como os assassinatos no litoral caribenhos, e as reais motivações para a empreitada foram expostas: as abundantes reservas petrolíferas da Venezuela e a disputa geopolítica e econômica com a China.

Apesar de abundante, o território venezuelano tem as maiores reservas petrolíferas do planeta, o petróleo daquela região é de qualidade inferior ao de outras, como o do Oriente Médio: seu refino é mais complexo e custoso. Somado a isso, os EUA são autossuficientes na produção dessa commodity e têm sob sua esfera de influência quase todas as nações produtoras da Ásia ocidental, principalmente as teocracias ára-

bes, o que torna a análise do ponto de vista “EUA roubando petróleo alheio” simplista, se não equivocada. Com o embargo norte-americano à Venezuela, 80% de suas exportações iam diretamente para a China, seu principal parceiro comercial e maior importador de petróleo do mundo, e 4% do petróleo que consome é comprado diretamente dos venezuelanos. O principal objetivo da empreitada ianque, segundo declarações do próprio governo, foi o estrangulamento do abastecimento de petróleo para a China, encerrando essa via de escoamento e impondo barreiras a uma relação entre China e Venezuela em que os sul-americanos estavam cada vez mais dependentes, também devido ao embargo estadunidense aos venezuelanos e cubanos. Agora, gigantes petrolíferas dos países imperialistas dividem os espólios do ataque: a Chevron

se tornou a principal beneficiada, mas também já foram autorizadas a retomar atividades no país a espanhola Repsol, a italiana ENI, a neerlandesa Shell e a britânica BP e já há a confirmação do envio de 200 mil barris de petróleo venezuelano para o enclave sionista de Israel.

Aqui acompanhamos in loco o ocaso do autoproclamado “socialismo do século XXI”, encampado pelo chavismo na Venezuela e abraçado por todo o reformismo e também por partes do centrismo, acreditando que reformas estruturais poderiam se desenvolver e se consolidar a revelia dos processos de luta de classes, através do colaboracionismo de classes e políticas de bem-estar social. O imperialismo decretou o fracasso desses projetos reformistas e conciliatórios, o fato é que em semicolônias in-

dependentes e com políticas desenvolvimentistas nunca couberam, muito menos na realidade atual. As potências imperialistas deixam claro que irão às últimas consequências para a manutenção de sua hegemonia, novamente submetendo as semicolônias ao seu papel periférico de produtores de commodities, fornecedores de mão-de-obra barata e parque de diversões para a podre burguesia parasitária internacional. O fato é que pouco importa o regime desde que esteja submetido aos interesses do imperialismo, vide o descarte da

desarticulando e deslegitimando nossos métodos históricos de luta, acreditando que a ocupação de espaços nas instâncias da democracia burguesa, parlamento, judiciário, traria avanços por dentro da estrutura do capital. Não trouxe e ainda transformou uma série de grupos e indivíduos em retaguarda da luta de classes, incapazes de avançar em políticas e métodos que questionem e causem distúrbios no seio do capital: a produção.

A emancipação da classe trabalhadora venezuelana, e de toda a

América Latina, só virá se acompanhada do rompimento total com o reformismo conciliador de classes e com o centrismo que discute políticas apenas no nível superestrutural, apelando aos governos burgueses do imperialismo e das semicolônias, mas não construindo



oposição venezuelana. Como exemplo da instituição da “Barbárie”, temos o caos genocida implantado pelo imperialismo na Palestina, no Líbano e em todo o Levante, assim como os ataques ao Irã, as guerras civis novamente se disseminando pelo continente africano e as ameaças bélicas que também se avizinhavam da América Latina, com a interferência direta do governo estadunidense em todos os processos eleitorais do continente e sua pressão aos governos aliados e dissidentes para ampliar sua presença militar em toda a região sob o pretexto de combate ao narcoterrorismo.

É tarefa central reorganizar a classe trabalhadora sob os princípios da independência de classe, denunciando as direções políticas e sindicais, reformistas e centristas que atuaram por anos

políticas independentes para os trabalhadores, para o avanço da luta de classes.

Devemos lutar pela recuperação dos métodos de classe: a greve, os boicotes, e as ocupações, e só conseguiremos isso varrendo a camarilha burocrática que dirige sindicatos e partidos supostamente voltados aos trabalhadores. Fazemos também um chamado aos trabalhadores dos países imperialistas estadunidenses e europeus a romper com seus partidos imperialistas, aliando-se aos trabalhadores latino-americanos em sua luta emancipatória frente ao imperialismo por uma Federação de Repúblicas Socialistas da América Latina e do Caribe.



A SOMBRA DO IMPERIALISMO E ENDIVIDAMENTO RECORDE EX- PÕEM AS CONTRADIÇÕES DA FRENTE AMPLA BURGUESA, LUTA DOS TAPAJÓS DEMONSTRA O CAMINHO A SER SEGUIDO

O atual cenário político brasileiro expressa o aprofundamento das contradições dos Bonapartismos sui generis, da debilidades políticas da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin, das disputas entre as frações burguesas ancoradas nas estruturas de poder da democracia burguesa cada vez mais em crise, reflexo direto das contradições inerentes à crise do capitalismo em sua fase imperialista em decadência e da aceleração da política dos EUA para remontar sua hegemonia via a assimilação dos ex-Estados operários, por meio da guerra comercial e conflitos bélicos.

A política tarifária, a doutrina "Donroe" e as guerras em curso, com o foco no Irã, tem acirrado como nunca os processos de crise nas semicolônias, em que o impacto econômico é brutal. O que os analistas burgueses preferem classificar como "incerteza econômica" ou "volatilidade de mercado", revela-se como uma

ofensiva coordenada de ampliação da exploração dos trabalhadores e espoliação de recursos naturais das semicolônias, apesar de todas as bravatas de sempre em nome da soberania nacional, a Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin segue subserviente ao imperialismo e chega na reta final do mandato com a sombra das ações do governo Trump.

A invasão estadunidense à Venezuela inaugurou a nova "Doutrina Donroe". Essa política beligerante do imperialismo tem um objetivo claro de garantir, pela força, o controle das maiores reservas de petróleo e minerais críticos do mundo e reafirmar a hegemonia no denominado hemisfério ocidental.

No início de março, Trump em reunião com líderes reacionários da América Latina, Milei, Bukele, Noboa e Kast, promoveram a conformação do dito "Escudo das Américas", sob a justificativa de

combate ao narcoterrorismo. Logo em seguida, o imperialismo se volta para o Brasil, ameaça considerar o PCC e o Comando Vermelho como facções terroristas, o que abriria a possibilidade de ações militares e, na sequência, ocorre o "Caso Beattie", quando assessor do Departamento de Estado, Darren Beattie foi enviado para visitar Bolsonaro na prisão, já que estaria no país para um fórum sobre minerais críticos. Essa situação, para além de sua picardia, mostrou-se um prato cheio para pipocarem denúncias de possível intervenção dos EUA no contexto eleitoral e, ainda, assegurar o controle sobre os recursos estratégicos das terras raras para o complexo industrial-militar estadunidense. O governo agiu para revogar o visto de Beattie e de qualquer maneira, as investidas do imperialismo estão postas. Em última instância, os EUA querem que o Brasil se afaste da China.

A guerra no Irã, iniciada em fevereiro, ampliou a complexidade da conjuntura externa. Com o fechamento do estreito de Ormuz, deflagra-se o choque sobre as cadeias produtivas e de circulação, ampliando ainda mais a pressão inflacionária, com o petróleo acima de US\$100. No Brasil, esse contexto tem sido um balde de água fria sobre os resultados positivos da macroeconomia, ameaçando diretamente o ciclo de corte de juros, anunciado nas últimas reuniões do Copom.

Os juros altos implicam ainda mais no custo de vida e no endividamento, que se transforma num verdadeiro gargalo para a economia. Isso ajuda a entender a péssima aprovação da política econômica e da Frente Ampla.

O decreto de Lula zerando impostos sobre o diesel foi uma medida de blindagem contra essa situação, que pressiona ainda mais a política fiscal, além de evitar uma possível onda de greves dos caminhoneiros. O governo, sob o risco de a crise energética agravar a crise social, implementou o programa "Gás do Povo", garantindo acesso ao botijão para as famílias do CadÚnico. Contudo, o "Gás do Povo" funciona, em última instância, como um subsídio indireto que transfere recursos públicos para o bolso dos acionistas privados da Petrobras.

Embora o país tenha encerrado 2025 com um crescimento de 2,3%, inevitavelmente, essa conjuntura impacta a dinâmica da economia e a desaceleração projetada em 1,6% em 2026 que já estava posta, se concretiza. A guerra no Irã, portanto, atua como o principal catalisador da instabilidade, atingindo a economia em eixos como o custo de energia e a produção do agro, com a

elevação do preço dos fertilizantes.

Enquanto o imperialismo aumenta a pressão, Lula tenta se aproximar de Trump, sem romper com a China, apresentando-se aos quatro cantos com a defesa da soberania nacional e do multilateralismo, internamente, o país não pensa em outra coisa que não nas eleições gerais, todas as ações se voltam para as urnas e o voto, enquanto isso, todo e qualquer fato vira termômetro dentro da extremada polarização.

O acirramento da conjuntura fez a vantagem, que Lula tinha alcançado durante o tarifaço, derreter. O tão aguardado Acordo Mercosul-UE ficou esquecido frente a crise no Oriente Médio, acirrando novamente a disputa com o bolsonarismo. Jair Bolsonaro segue preso, mas ainda dita as normas no seu campo político e determinou que seu filho, Flávio Bolsonaro (PL), fosse o candidato do bolsonarismo à presidência, frustrando os que esperavam que Tarcísio de Freitas (Republicanos) fosse o escolhido. As pesquisas apontam um empate técnico no segundo turno entre Lula (46%), e Flávio Bolsonaro (43%). Por isso, as direções políticas reformistas buscam avançar com o "movimento" pelo fim da escala 6x1, limitando-se a ações no parlamento, querem a aprovação para ontem, mas lideranças do congresso já sinalizaram que só em maio. Está evidente o caráter eleitoral desse política.

Politicamente, a Frente Ampla não tem conseguido navegar nos resultados tido como positivos dos índices macroeconômicos, e a recente crise do IBGE tornam esses dados cada vez mais duvidosos, nem mesmo com o índice recorde de baixo desemprego,

pois essa taxa subiu já para 5,8% no primeiro trimestre. Apesar do aumento em relação ao trimestre anterior, que registrou 5,4%, ainda é o menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde o início da série histórica. O fato é que estes números mascaram a intensificação da exploração, que se manifesta no aumento brutal da concentração de renda, revelando distorções na remuneração dos trabalhadores empregados, somente os 10% mais bem remunerados detém mais de 40% da massa salarial, relegando aos 40% mais pobres a uma fatia inferior a 10%. Tal desequilíbrio é reflexo direto do aumento da exploração promovida após a Reforma Trabalhista de 2017. Este quadro de superexploração é agravado pela erosão da capacidade de organização coletiva, com a taxa de sindicalização recuando de 16% para 11%, em uma década.

Todavia do engodo da taxa recorde de desemprego não resiste a uma análise mais atenta, a chave da contra argumentação é deslocar o foco dos índices de ocupações para sua qualidade do emprego. Assim, o que se vê é o crescimento dos MEIs acima dos empregos formais tradicionais, expansão acelerada do trabalho por plataformas e persistência de altas taxas de informalidade compondo um cenário em que a melhora conjuntural dos indicadores convive com uma reconfiguração estrutural, marcada por baixas remunerações, rotatividade elevada e perda de direitos. A queda do desemprego, nesse enquadramento, é parte do paradoxo que expressa um mercado "aquecido", mas organizado sobre bases cada vez mais precárias e exploratórias. O que se vê é um exército de trabalhadores plataformizados ganhando

em média 40% menos. Essa lógica explode no endividamento recorde das famílias, 80,2% de endividados, aprofundando a grave crise social que não arrefece.

Em meio ao avanço do acirramento da exploração, do endividamento, da crise social, está em curso a maior reforma ministerial que se tem notícia, estima-se que 26 ministros sairão do governo para serem candidatos. Quando o lema é pôr a tropa da rua para derrotar o "fascismo" nas urnas, nada no momento sacoleja mais as bases que o escândalo do Banco Master, que coloca em xeque todas as esferas do poder, revelando a podridão que contamina todos os setores da política, inerentes ao regime capitalista.

O Banco Central "independente", mesmo sendo um autêntico comitê de gestão da Faria Lima, teve de deflagrar o processo de liquidação do banco, escancarando a verdadeira face estrutural do rentismo, ao mesmo tempo que trouxe à tona toda a degeneração do sistema político. Com um rombo total avaliado em R\$56 bilhões, classificado por muitos como a maior fraude bancária da história, a instituição operou a emissão de CDBs sem lastro e a inflação artificial de ativos. O banqueiro Daniel Vercaro e sua gangue demonstraram como o sistema de crédito é antes de qualquer coisa uma forma de pilhagem, privatizando lucros astronômicos para, depois, socializar o prejuízo multimilionário através do acionamento do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O crime, no entanto, transcende o mundo das finanças e corrói por dentro as instituições do regime democrático burguês. As revelações de que escritórios de advocacia vinculados a ministros do STF recebiam pagamentos

milionários do Banco Master demonstram a conivência remunerada entre a cúpula do judiciário e o mercado financeiro. O caso Master escancara as suas relações criminosas com as diversas frações da burguesia. O parlamento brasileiro, cão de guarda da burguesia, demonstra que o capital especulativo não comprava apenas ativos fictícios, mas também o silêncio e a conivência institucional.

Com as CPIs em curso, a do INSS, essa no fim, e a do Crime Organizado, ao investigar desvios bilionários em empréstimos consignados do INSS e a lavagem de dinheiro para o crime organizado, colocam-se, com uma possível CPI do Banco Master sob escrutínio, não apenas a conduta de Daniel Vercaro, terreno fértil para as análises superestruturais que alimentam o circo das eleições, mas colocam em xeque a "eficácia" dos órgãos de fiscalização e a "integridade" de setores do Judiciário, em sua relação com o sistema financeira. O embate no STF para garantir sua instalação destaca a resistência das cúpulas políticas em abrir uma "caixa de Pandora" que ameaça implicar figuras influentes, em todas as esferas de poder. De qualquer forma, o circo está garantido com a delação dos acusados presos.

Com a abertura ou não de qualquer caixa de pandora, é fundamental que se tenha claro que o cenário político brasileiro expressa objetivamente a disputa intestina entre as frações burguesas com seus métodos mais nefastos e degenerados inerentes ao sistema capitalista. Todo e qualquer governo de turno são meros gerentes dos negócios da burguesia. A disputa eleitoral em última instância se dá nesse campo e

qualquer candidato estará alinhado aos interesses do imperialismo e do capital financeiro.

É fundamental que a classe trabalhadora se organize contra todos os governos e avance na luta política com total independência de classe. O movimento dos trabalhadores deve enfrentar a Frente Ampla, mas também derrotar as políticas reformistas e da adaptação centrista ao Estado burguês. Nesse sentido, apesar da total adaptação de suas direções políticas e sindicais às eleições, canalizando toda a organização dos trabalhadores para as urnas, pois nada para esses setores é mais importante que a reeleição da Frente Ampla Burguesa Lula/Alckmin, a classe trabalhadora no Brasil tem dado demonstração de organização e luta no enfrentamento dos ataques de todos os governos de turno, mas sobretudo a Frente Ampla apesar de toda blindagem pelas centrais (CUT, CTB e CONLUTAS).

Dessa forma, o exemplo de luta dos quatorze povos indígenas da região do Tapajós, na Amazônia brasileira, deve ser enaltecido. Impuseram uma contundente derrota à Frente Ampla burguesa e ao avanço imperialista ao forçarem por meio da ação direta a revogação do Decreto nº 12.600/2025. Este decreto, emitido pelo governo federal, previa a entrega de milhares de quilômetros de trechos navegáveis dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins à iniciativa privada para um processo de dragagem. O objetivo era possibilitar a passagem ininterrupta de navios de carga transportando grãos do Centro-Oeste para exportação.

A anulação do decreto foi alcançada através de 33 dias de mobilizações e ocupações, resultantes de uma luta organizada, coletiva

e independente. O ponto central da mobilização foi a tomada do terminal portuário e do escritório da Cargill, multinacional estadunidense sediada em Santarém, atingindo e paralisando o centro da circulação de capital da indústria do agronegócio.

O recuo da Frente Ampla Lula/Alckmin não foi motivado por notas de repúdio, abaixo-assinados ou ações na justiça burguesa, mas sim pelo enfrentamento direto e pelas ocupações que vinham desde a realização da COP em Belém. Os povos indígenas não recuaram diante das promessas

de negociação de ministros Boulos e Guajajara (PSOL), ou da suspensão temporária do decreto, mantendo o objetivo inegociável de derrubá-lo. A importância dessa vitória reside, além da conquista concreta, na recuperação e legitimação dos métodos de luta dos trabalhadores com independência de classe, sem ilusões eleitorais ou judiciárias.

O sucesso da ação representa uma lição fundamental para a luta de classes e para as bases sindicais, provando que o enfrentamento direto é a resposta eficaz às investidas das burguesias na-

cionais e do imperialismo.

Portanto, qualquer ação deve estar atrelada a um programa operário que de fato paralise a produção para a imposição de nossas demandas e pautas. É preciso que as centrais sindicais avancem construção de Greve Geral, a partir dos métodos de classe que incida na desorganização da burguesia e coloquem em xeque suas formas de dominação através de um programa transicional que ataque as bases da política imperialistas e suas expressões nos governos de turno das semi-colônias.



O encastelamento das burocracias sindicais sempre foi uma realidade e, na atual conjuntura, alcança um nível de afastamento cada vez maior de suas bases, distanciando suas políticas das reais necessidades dos trabalhadores. A utilização dos aparatos sindicais como palanque eleitoral, o esvaziamento e a deslegitimação dos métodos históricos de luta dos trabalhadores e do princípio da independência de classe se tornaram a regra de quase todas as direções sindicais no Brasil. As direções da APEOESP e do SINPEEM não só não fogem desse preceito como são a síntese da degeneração dos sindicatos

e de seu sequestro pela burocracia.

Na APEOESP, além dos mais de 10 anos sem uma greve efetiva, a chapa majoritária — desde o último processo eleitoral interno — construiu um amplo bloco de conciliação, incorporando setores antes apresentados como oposição, garantindo-lhes cargas e acesso à máquina sindical. Como resultado, essas correntes passaram a atuar como linha auxiliar da burocracia, removendo suas bases da ação direta e contribuindo para o esvaziamento das mobilizações.

Esse processo ficou nítido nas

lutas de 2024 e 2025. A categoria compareceu massivamente às primeiras assembleias, com disposição real de greve. No entanto, a direção fragmentou o processo de forma deliberada, convocando novas assembleias com intervalos cada vez maiores, desmobilizando o ímpeto inicial até o esvaziamento completo. O que antes se colocava como possibilidade concreta de greve foi rebaixado a “atos”, sem continuidade, sem plano de luta e sem perspectiva real de enfrentamento. Ao final, a mensagem política era clara: canalizar a energia da categoria para o terreno institucional, promovendo o fortalecimento

de candidaturas parlamentares e da candidatura de Lula.

Essa linha política ganhou ainda mais força no congresso da base realizado em 2025. As lutas da categoria foram levadas para um plano secundário, enquanto o espaço foi ocupado por longas intervenções de parlamentares, relegando os debates centrais — sobre o sucateamento das escolas e a precarização do trabalho — a segundo plano, e mesmo às custas de necessidades básicas dos delegados, como horários de alimentação. As discussões sobre greve e enfrentamento aos ataques foram praticamente silenciadas.

Quando nós, junto à Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) e a setores minoritários, levantamos a necessidade de construção de uma greve por tempo indeterminado — diante dos ataques brutais em curso —, fomos recebidos com vaias organizadas pela base aliada à burocracia sindical. Evidencia-se aqui o papel cumprido há décadas pelas burocracias sindicais: são o muro de contenção da luta de classes, cúmplices dos governos e da burguesia em suas políticas de precarização, privatização e terceirização da educação.

Como exemplo recente dessas políticas, o que se observou na última atribuição de aulas foi a expressão mais acabada do abandono das lutas por parte da direção sindical. A chamada política de "faróis" atingiu duramente toda a categoria em todas as etapas da atribuição, removendo de forma arbitrária e sumária professores de suas unidades de origem e submetendo-os a situações de profunda humilhação, como a exigência de gravação de vídeos nas UREs (antigas DEs).

E diante dessa realidade brutal, qual foi a resposta da direção do sindicato? O imobilismo. A situação dos professores da categoria "O" foi ainda mais grave: considerados descartáveis dentro dessa lógica, milhares foram simplesmente descartados, resultando em um contingente que já atinge cerca de 40 mil desempre-

gados em 2026, além dos números igualmente alarmantes dos anos anteriores. Trata-se de uma realidade que foi ignorada no congresso da entidade e nas assembleias e atos recentes dirigidos pelo setor majoritário.

Esses ataques, no entanto, não se findaram na política de desemprego dos faróis. A lista é extensa: escolas cívico-militares, fechamento do período noturno, superlotação de salas de aula, falta de vagas para filhos de trabalhadores, sucateamento de materiais de trabalho — lousas, chromebooks, televisões, além de itens básicos.

Outro grande ataque está em curso: a reforma administrativa, que já se inicia com o projeto de demissão voluntária de outras categorias e, uma vez aprovada, permitirá a demissão de milhares de servidores e o avanço da privatização dos serviços públicos.

No SINPEEM, o cenário é análogo ao dos trabalhadores da rede estadual de educação. O governo de Ricardo Nunes aprofundou e acelerou os processos de privatização e terceirização das escolas, além de aprofundar a precarização e a perseguição aos trabalhadores com a política dos índices.

Sob o mesmo imobilismo e submissão ao governo federal de seus consortes da APEOESP, a direção do SINPEEM tem traído a categoria sistematicamente, deslegitimando os métodos de luta e canalizando toda a disposição e energia da categoria para as instâncias do parlamento. Desde 2021, as greves dos trabalhadores da educação do município se resumem a vigílias em frente ao parlamento — realizadas várias vezes na semana, sem bloqueio de vias, sem ocupações —, inviabilizando as visitas às unidades escolares e tornando os trabalhadores ali apenas espectadores do show de horrores que acontece entre os parlamentares.

A direção do SINPEEM também tem atuado contra a unidade de todo o funcionalismo municipal, impondo a instituição da COE-

DUC em oposição aos sindicatos não específicos da educação, por medo de perder a influência e o controle sobre a categoria dos trabalhadores da educação.

Diante desse cenário de destruição da categoria, essa aposta no parlamento e no calendário eleitoral se apresenta como uma saída falsa, porém conveniente aos interesses da burocracia. Vendem à categoria a ilusão de que o "palanque" institucional pode garantir direitos, quando a realidade demonstra o contrário. Os ataques não partem apenas dos governos de turno, estadual ou municipal; fazem parte de uma política de Estado.

Basta lembrar que, já nos primeiros meses de seu governo, Lula legitimou a "reforma do ensino médio" (cuja revogação era promessa de campanha) e a disseminação das avaliações externas para produção de índices. Além disso, sua recente fala sobre os professores — "Se você fala três vezes e a pessoa não entende, talvez o problema não seja quem ouve, mas quem fala" — deixa nas entrelinhas que a culpa do fracasso da educação está nos professores, não nas péssimas condições de trabalho oferecidas, nas salas superlotadas ou no sucateamento das escolas públicas.

A confiança nas instituições do Estado burguês — independentemente de quem as esteja compondo — é o caminho da derrota para toda a classe trabalhadora. Precisamos recuperar os métodos da ação direta e a independência de classe nos sindicatos: só assim seremos capazes de derrotar o avanço desses ataques e garantir os direitos historicamente conquistados. Para isso, devemos varrer essas burocracias que sequestraram nossos instrumentos de luta para transformá-los em meio de vida, e só assim recuperaremos os métodos corretos e construiremos a greve real por tempo indeterminado.

